
LITERATURA, INFÂNCIA E EDUCAÇÃO APRESENTAÇÃO

A relação da criança com o livro de ficção tem conhecido um percurso híbrido na historiografia da literatura infantil brasileira. Nas primeiras décadas do período republicano, por exemplo, houve considerável incremento na produção, como resultado de políticas de alfabetização nos meios urbanos. No entanto, com frequência, os livros de poesia, de contos eram pensados para serem lidos nas escolas, como complemento dos programas curriculares. Neste dossiê, reúnem-se artigos de pesquisadores, cujo objeto de estudo tem sido a literatura destinada à infância, assim como as práticas de leitura que dizem respeito a essa produção. Nos artigos, entrevista e resenha, embora não haja a pretensão de cobrir a totalidade dessa produção, focalizam-se diferentes abordagens e recortes temporais, de modo a dar maior visibilidade à relação *Literatura, Infância e Educação*. De um modo ou de outro, procura-se compreender rupturas e permanências relativas a um objeto cultural – o livro de ficção infantil - que, tendo sido apropriado pela escola com frequência, guarda proximidade com a arte, com a vida social.

Com vistas a problematizar um primeiro conjunto de questões que se referem à condição literária do livro infantil, convém estabelecer algumas aproximações com a literatura de caráter geral.

Em *Formação da Literatura Brasileira: Momentos Decisivos (1981)*, publicado pela primeira vez em 1959, o professor e crítico literário Antonio Candido discorre sobre a historiografia literária brasileira, com ênfase nos períodos do Arcadismo e do Romantismo. Segundo a visão de Candido, importa chamar a atenção para esses momentos decisivos, uma vez que nos séculos XVI, com os autos e cantos de José de Anchieta, e com as primeiras Academias do século XVIII, conheceríamos apenas *manifestações literárias* e não um sistema literário propriamente, o que seria facultado posteriormente, com os homens de letras a partir da metade do século XVIII, de modo mais nítido na primeira metade do século XIX. Ainda na visão do autor, “trata-se [...] de averiguar quando e como se definiu uma continuidade ininterrupta de obras e autores, cientes quase sempre de integrarem um processo de formação literária” (idem, p.25). Para o delineamento de tese tão original aos estudos literários, ele opera com a tríade autor-obra- público. De tal modo, o autor sublinha naquele estudo a possibilidade da configuração de *um sistema literário* em solo brasileiro, que se estruturou notadamente no período romântico, favorecido por circunstâncias do meio social,

da história, da produção e da formação. Em fragmento expressivo extraído desse estudo, lê-se, pois:

Para compreender em que sentido é tomada a palavra formação, e porque se qualificam de decisivos os momentos estudados, convém principiar distinguindo *manifestações literárias*, de literatura, propriamente dita, considerada aqui um *sistema* de obras ligadas por denominadores comuns, que permitem reconhecer as notas dominantes duma fase. Estes denominadores são, além das características internas (língua, temas, imagens), certos elementos de natureza social e psíquica, embora literariamente organizados, que se manifestam historicamente e fazem da literatura aspecto orgânico da civilização. Entre eles se distinguem: a existência de um conjunto de produtores literários, mais ou menos conscientes do seu papel; um conjunto de receptores, formando os diferentes tipos de público, sem os quais a obra não vive; um mecanismo transmissor, (de modo geral, uma linguagem, traduzida em estilos), que liga uns a outros. *O conjunto dos três elementos dá lugar a um tipo de comunicação inter-humana, a literatura*, que aparece sob este ângulo como sistema simbólico, por meio do qual as veleidades mais profundas do indivíduo se transformam em elementos de contacto entre os homens, e de interpretação das diferentes esferas da realidade. (CANDIDO, 1981, p.23-24, grifos nossos).

Do fragmento, importa, sobretudo, reter a noção de sistema literário possível de ser identificado a partir da sistematização de três elementos principais elencados pelo autor: 1- um conjunto de produtores literários mais ou menos conscientes de seu papel; 2- um conjunto de receptores, formando os diferentes públicos, sem os quais a obra não vive; 3- um mecanismo transmissor (de modo geral, uma linguagem, traduzida em estilos), que liga uns a outros. Para se conhecer a literatura infantil brasileira à luz dessa tese, poderíamos indagar do mesmo modo: 1- houve e tem havido um conjunto de produtores mais ou menos conscientes de seu papel? 2- identifica-se um conjunto bem delimitado de receptores nas diferentes épocas relacionadas à conformação da literatura infantil no Brasil? 3- quais são, afinal, os mecanismos transmissores?

Embora não configuradas da mesma maneira, essas perguntas têm sido recorrentes nos estudos que tratam do tema. À guisa de ilustração, salienta-se o estudo “Como aperfeiçoar a literatura infantil” (1943), de Manuel Bergström Lourenço Filho. No estudo, Lourenço Filho acentua o material literário já identificado no Brasil, assim como aspectos de sua evolução. Nessa linha de consideração, anota uma primeira fase relacionada a alguns títulos publicados em Portugal e demarca o campo da literatura infantil genuinamente nacional a partir de 1894, com o investimento da Livraria Quaresma Editora, ao publicar *Contos da Carochinha*. Essa primeira fase,

se medida pela circulação dos livros, conforme o autor, já podia ser avaliada positivamente, visto que, em prefácio na 18ª edição, datada de 1931, esclarece-se que a primeira impressão, de 14 abril de 1894, se esgotou em menos de um mês, acrescentando o fato de que perto de cem mil volumes foram impressos naquele período de quarenta e sete anos (LOURENÇO FILHO, 1943).

Na perspectiva de seu balanço, os livros eram poucos, mesmo se levarmos em conta a produção didática, isto é, aquela com destinação explícita às escolas primárias da época, e pecavam em qualidade. Menciona o investimento nas traduções em larga medida a par de uma coleção destinada às crianças, mais planejada, como foi o caso da *Biblioteca Infantil*, organizada pelo professor Arnaldo de Oliveira Barreto, composto de mais de cinquenta volumes pela firma Weiszflog & Irmãos, de São Paulo, mais tarde denominada Melhoramentos.

Deve-se notar, ao lado desse mapeamento, a produção de álbuns de gravura, com pouco texto, destinado às crianças menores. Uma segunda fase pôde ser identificada pelo autor a partir de 1921, com a publicação do livro *Narizinho Arrebitado*, de Monteiro Lobato, que deu continuidade a esse projeto, além de também investir em tradução e adaptação de autores nacionais e de outros autores, inclusive os clássicos.

O balanço da literatura infantil brasileira feito por Lourenço Filho levava, também, em conta uma terceira fase circunscrita aos anos de 1920, 1930 e 1940, quando, a seu ver, já haveria a produção marcada por livros originais em maior volume e autores mais qualificados. Em outras palavras, já se poderia mencionar “[...] uma literatura infantil perfeitamente caracterizada em nosso país.” (LOURENÇO FILHO, 1943, p. 153)

Em face desse estudo e de tantos outros com os quais os artigos reunidos neste dossiê buscam dialogar, é bem possível, então, considerar a tese proposta por Antonio Candido relativa à noção de *sistema literário* aplicada à Literatura Infantil.

Outro conjunto de questões diz respeito à ampla produção de livros na sociedade brasileira contemporânea e, por conseguinte, à problemática da lógica do mercado. Fernando de Azevedo em “Formação e a conquista do público infantil” (1952) traz contribuições originais ao exame. Nesse estudo, o autor já adverte para a necessidade da análise dos livros de literatura infantil com ênfase na produção. Nessa linha de consideração, enfatiza os inquéritos realizados pelos estudiosos que privilegiaram o gosto da criança. No entanto, a ampla produção identificada por ele nos anos de 1950 indica paradoxos: a diversificação da produção para um público que se avoluma e que é “flutuante”, e a competição para a conquista do público leitor, regida amplamente pelas leis do mercado.

Segundo a severa avaliação de Azevedo:

Todo o mundo se acha com direito de escrever para crianças e de tentar o novo gênero. Pois, se não tem público quando se dirigem a adultos, por que não se aventuraram ao público infantil? Essa tendência que pode ser e é, de fato, inicialmente refreada pelas grandes empresas editoras, já seriamente preocupadas em “selecionar”, pressupõe a noção de todo ponto falsa de que crianças aceitam tudo, em matéria de literatura. Produção, portanto, intensa, numerosa, desigual. (AZEVEDO, 1952, p. 55-56, grifos do autor)

Na perspectiva dos estudos historiográficos que põem em cena as relações entre *Literatura, Infância e Educação*, os artigos, a entrevista e a resenha são aqui, então, delineados.

Em “Quatro décadas de produção acadêmica brasileira sobre literatura infantil: apontamentos para um balanço”, Maria do Rosário Longo Mortatti e Fernando Rodrigues Oliveira analisam dissertações e teses sobre literatura infantil, defendidas entre 1970 e 2012, com o objetivo de compreender a produção acadêmica sobre o tema, ao longo do tempo. Os autores enfocam aspectos quantitativos e qualitativos dessa produção, apontando os avanços, as contradições e os desafios postos no campo de conhecimento que se foi constituindo, de cujas reflexões podem emergir novas pesquisas. Em vista disso, situam a produção examinada em consonância com o conjunto de questões postas pela expansão da produção de livros de literatura infantil, de estudos sobre o tema e de expansão da pós-graduação no Brasil.

No que diz respeito a inflexões no campo historiográfico, Márcia Cabral da Silva reflete sobre as contribuições de Leonardo Arroyo e Cecília Meireles, no artigo “Contribuições para a historiografia da Literatura Infantil no Brasil: Leonardo Arroyo e Cecília Meireles”. Segundo a autora, trata-se de dois estudiosos com trabalhos originais para a configuração do campo de estudo. Por um lado, o estudo de base sociológica desenvolvido por Leonardo Arroyo nos anos de 1950 se vale de uma metodologia ancorada em fontes documentais as mais diversas, tais como catálogos antigos, narrativas memorialísticas e livros infantis de outros tempos, o que permite encontrar vestígios da produção e de práticas de leitura dos livros de ficção destinados à infância de outras épocas. Ao lado deste estudo, observa as conferências de Cecília Meireles para os professores nos anos de 1940, com destaque ao menos para dois aspectos: o lugar de autoridade reservado ao leitor criança e a contribuição de suas ideias para a produção do material literário.

Um material pouco conhecido entre os leitores atuais, designado por paleógrafo ou livro de leitura manuscrita, mas de grande importância na formação de leitores, é recuperado no estudo desenvolvido por Estela Natalina Mantovani Bertoletti, intitulado: “Leituras na (con)formação da

infância: um estudo de *Leitura Manuscripta* (1901-1955)”. A partir de uma análise dos textos que compõem o livro *Leitura Manuscripta* - lições colligidas, em relação aos autores, à natureza e à função, a autora situa esse paleógrafo como um modelo singular de formação da infância brasileira, em situação escolar, que rompia com o suporte dos materiais de leitura e ao mesmo tempo propunha um modo de ler que formou gerações de leitores na escola brasileira, por mais de meio século.

“Para a petizada inocente: encanto, diversão e lições de conduta na revista *O Tico-Tico* (1905-1910)”, de autoria de Cíntia Borges de Almeida e Aline Santos Costa, lança luz às representações de infância e de literatura em poemas e em contos veiculados no periódico examinado. Na visão das autoras, a imprensa das primeiras décadas republicanas consiste em um veículo importante na conformação de práticas sociais de leitura que visaram a civilizar e a moldar as crianças, conforme os dispositivos de bem governar relacionado àquele ideário.

Em sequência, convidamos o leitor a acompanhar três estudos que enfatizam o exame de livros avaliados e selecionados no âmbito das políticas públicas relacionadas aos livros de literatura destinados às escolas públicas brasileiras. No primeiro estudo, “Literatura, infância e o projeto *Literatura em Minha Casa*”, de Célia Regina Delácio Fernandes e Flávia Ferreira de Paula, analisam-se os acervos do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), nas edições de 2001, 2002 e 2003 – anos que correspondem ao projeto *Literatura em Minha Casa*. As autoras buscam compreender elementos relativos à qualidade dos livros na seleção das obras que subsidiam os critérios para compras governamentais, com especial relevo quanto às obras que se repetem, à localização das editoras contempladas, aos autores e ilustradores recorrentes nas obras, às temáticas mais frequentes, ao espaço físico nos quais as histórias se passam, à pluralidade étnica, aos elementos culturais e às imagens de regionalismo brasileiros presentes nos livros escolhidos para os acervos.

Miriam Hisae Yaegashi Zappone, no segundo estudo sobre o tema intitulado “Narrativa juvenil brasileira no acervo PNBE 2013: faces urbanas da representação social”, indica, em acréscimo, dados atuais e originais. A autora seleciona as narrativas representativas que compuseram o PNBE 2013 para os anos finais do ensino fundamental com vistas à análise em tela. Segundo Zappone, o exame ancorou-se na metodologia quali-quantitativa, desenvolvida por Dalcastagnè (2007), e baseou-se em um levantamento da representação de grupos sociais identificados nas histórias. Conforme os resultados alcançados, foi possível observar a prevalência do espaço urbano como característica constitutiva das narrativas.

Já no terceiro, o artigo “Infância e literatura: entre conceitos, palavras e imagens”, de Patrícia Corsino, destaca a relação entre infância e literatura, analisando essa relação em um livro

que também compõe o acervo do PNBE (de 2006), intitulado *Raposa*, de Margaret Wild e Ron Brooks. Ao problematizar a literatura infantil na condição de expressão artística, a autora opta por articular os discursos verbal e visual. Nessa linha de consideração, trata dos conceitos de infância e literatura segundo uma abordagem histórica, com vistas a dialogar com as seis propostas de Ítalo Calvino e o direito à literatura, defendido por Antonio Candido.

A entrevista com Annie Rouxel, realizada por Neide Luzia de Rezende e Gabriela Rodella de Oliveira, compõe uma seção importante dessa discussão. Annie Rouxel é professora emérita em Língua e Literatura Francesas na Universidade Bordeaux 4 e suas pesquisas estão relacionadas com a recepção e com o ensino da leitura literária. Além de autora de livros e artigos sobre essas temáticas, tem desenvolvido investigações sobre a noção de “sujeito leitor”, vertente teórica que, a partir de 2004, tem se disseminado na França.

Aos estudos relacionados à *Infância, Literatura e Educação*, soma-se o convite à leitura da resenha elaborada por Ninfa Parreiras, que, além de nos apresentar um estado da arte sobre estudos críticos a respeito da poesia para a infância, focaliza o livro organizado pelo poeta Leo Cunha, *Poesia para crianças, conceitos, tendências e práticas*, o qual reúne seis artigos de cinco autores sobre a poesia para a infância. O livro está organizado em capítulos autônomos que, segundo Parreiras, podem ser lidos separadamente, embora tratem de conteúdos que estão relacionados à poesia na vida da criança.

Assim, convidamos leitores interessados na estreita e complexa relação entre infância, literatura e educação a enveredarem por este número da revista *Teias* e compartilharem conosco reflexões, indagações e (bons) problemas que venham compor e contribuir para o alargamento e verticalização do campo pelo qual circulam e dialogam esses vetores, bem como para a qualificação da produção de livros que a eles correspondem. Boa leitura!

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, F. A literatura infantil numa perspectiva sociológica. *Sociologia*, v. XIV, n. 1, p. 43-63, mar.1952.
- CANDIDO, A. *Formação da Literatura brasileira: momentos decisivos*. 2 volumes. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.
- LOURENÇO FILHO, M.B. Como aperfeiçoar a literatura infantil. *Revista Brasileira* (RJ), v. 3, n. 7, p. 146-169, set. 1943.

Márcia Cabral da Silva (UERJ/PROPED)
Estela Natalina Mantovani Bertolotti (UEMS)